

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT14.002

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A COMUNIDADE ESCOLAR

Pedro Herlleyson Gonçalves Cardoso¹

Valdenira Carlos da Silva²

Cristiano Maciano de Souza³

Luís Carlos dos Santos⁴

RESUMO

A Educação Ambiental (EA) na sociedade contemporânea enfrenta desafios complexos e, ao mesmo tempo, apresenta perspectivas promissoras para a comunidade escolar. Diante das crescentes preocupações globais com as mudanças climáticas, degradação ambiental e escassez de recursos naturais, a EA emerge como uma ferramenta essencial para moldar a consciência ecológica das futuras gerações. No entanto, os desafios não são meramente acadêmicos; incluem a necessidade de superar barreiras institucionais, a falta de integração curricular efetiva e a capacitação insuficiente dos educadores. A complexidade das questões ambientais demanda uma abordagem interdisciplinar, que muitas vezes é desafiadora de implementar no contexto educacional tradicional. A ausência de recursos educacionais adequados e a falta de uma abordagem unificada na inserção da EA nos currículos escolares

1 Dr. em Economia Rural - Universidade Federal do Ceará (UFC), Me. em Recursos Hídricos e Saneamento - Universidade Federal de Alagoas (UFAL), pedroherlleyson@yahoo.com.br

2 Ma. em Desenvolvimento Regional Sustentável - Universidade Federal do Cariri (UFCA), valdeniraacarlos88@gmail.com

3 Estudante do Curso de Tecnologia em Gestão Pública – Faculdade de Tecnologia e Ciências do Norte do Paraná (UniFatecie), cristianomarcianosouza@gmail.com

4 Me. em Economia Rural - Universidade Federal do Ceará (UFC), Especialista em Educação Profissional e Tecnológica - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), Especialista em Gestão Pública e Gestão de Pessoas - Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI), Estudante de Serviço Social - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), karloskaka@hotmail.com

acentuam esses obstáculos. No entanto, há perspectivas otimistas à medida que a conscientização sobre a importância da EA aumenta. A tecnologia, quando utilizada de maneira eficaz, pode se tornar uma aliada valiosa para a disseminação do conhecimento ambiental e o envolvimento dos alunos. Projetos inovadores, parcerias com comunidades locais e a promoção de práticas sustentáveis nas escolas podem ser catalisadores para uma educação ambiental mais eficaz. A EA não deve ser encarada como uma disciplina isolada, mas como um elemento integrado em todos os aspectos da educação, capacitando os estudantes a compreender e enfrentar os desafios ambientais contemporâneos. Dessa forma, ao abordar esses desafios e abraçar as oportunidades, a EA pode se tornar uma força transformadora na sociedade, preparando as gerações futuras para enfrentar as complexidades ambientais que definirão o século XXI.

Palavras-chave: Meio ambiente, Desafios ambientais, Conhecimento ambiental, Desenvolvimento sustentável, Consciência ecológica.

INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental (EA) é um campo de estudo que ganhou relevância significativa nas últimas décadas, impulsionado pelas preocupações crescentes com os impactos ambientais globais. Com o avanço da industrialização e a urbanização acelerada, o meio ambiente enfrenta desafios sem precedentes, como as mudanças climáticas, a perda da biodiversidade e da umidade. A EA surge, nesse contexto, como uma resposta à necessidade urgente de conscientizar as futuras gerações sobre a importância de preservar o meio ambiente e de promover práticas sustentáveis. De acordo com Guimarães (2004), a EA deve ser entendida como um processo contínuo e abrangente, que visa não apenas a transmissão de conhecimentos, mas também o desenvolvimento de atitudes e valores voltados para a sustentabilidade.

No entanto, a implementação efetiva da EA no contexto escolar enfrenta desafios múltiplos. Um dos principais obstáculos é a integração da EA nos currículos escolares de maneira interdisciplinar e transversal. A fragmentação do conhecimento, típica das abordagens educacionais tradicionais, dificulta a inserção de temas ambientais de forma coesa e integrada. Segundo Sauvé (2005), a EA deve ser abordada como um campo interdisciplinar, que exige a colabora o entre diferentes áreas do conhecimento para que os estudantes possam compreender a complexidade das questões ambientais.

Além disso, a falta de recursos educacionais específicos e a insuficiência na capacita o dos professores representam barreiras significativas para a efetiva o da EA. Muitos educadores não se sentem preparados para abordar temas ambientais na sala de aula, seja por falta de forma o específica ou pela ausência de materiais didáticos adequados. Dias (2000) aponta que a forma o continuada dos professores   essencial para que eles possam desempenhar um papel efetivo na promo o da EA, oferecendo aos alunos uma educa o que vai além do conteúdo teórico, estimulando a prática e a reflexão crítica.

A tecnologia também surge como um componente crucial para a EA na contemporaneidade. Com o acesso crescente aos recursos digitais, as escolas têm   disposi o ferramentas inovadoras que podem facilitar a dissemina o do conhecimento ambiental e o engajamento dos alunos. No entanto, o uso da tecnologia deve ser acompanhado de uma reflexão crítica sobre as suas potencialidades e limita es. Segundo Moran (2013), a tecnologia pode ser uma

aliada poderosa na educação, desde que seja utilizada de maneira consciente e planejada, evitando-se a superficialidade e o consumismo.

A perspectiva de parcerias entre escolas e comunidades locais é outra abordagem promissora para fortalecer a EA. A interação entre os estudantes e a comunidade pode proporcionar experiências práticas e concretas, que reforçam os conceitos aprendidos em sala de aula. Carvalho e Figueiredo (2015) destacam que a participação ativa dos estudantes em projetos comunitários voluntários para a contribuição de sustentabilidade para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a proteção do meio ambiente.

Por fim, é importante ressaltar que a EA não deve ser vista como uma disciplina isolada, mas como um elemento que permeia todas as áreas do conhecimento. A educação para a sustentabilidade deve ser integrada ao projeto pedagógico das escolas, promovendo uma visão holística e crítica das questões ambientais. De acordo com Reigota (1998), a EA deve ser compreendida como um processo de transformação social, que capacita os indivíduos a agir de maneira responsável e ética em relação ao meio ambiente. Assim, ao enfrentar os desafios e explorar as perspectivas da EA, a comunidade escolar pode contribuir de forma significativa para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

METODOLOGIA

Este estudo utilizou uma abordagem qualitativa, com o objetivo de explorar os desafios e as perspectivas da Educação Ambiental (EA) na comunidade escolar. Foi realizada uma revisão bibliográfica aprofundada, abrangendo as principais teorias e estudos empíricos sobre EA, com foco em sua aplicação no contexto educacional.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação Ambiental (EA) surgiu como uma resposta à crescente conscientização sobre os problemas ambientais globais, iniciando-se formalmente na década de 1970. O marco inicial foi a Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano, realizada pela ONU em 1972. Esse evento destacou a necessidade urgente de educar as populações sobre questões ambientais e resultou na criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

(PNUMA), que enfatizou a importância da educação na promoção da sustentabilidade (Unesco, 1978).

Em 1975, a UNESCO, em conjunto com o PNUMA, lançou o programa internacional de Educação Ambiental em Belgrado, onde foi criado o “Carta de Belgrado”. Esse documento definia os objetivos da EA, como a conscientização, a aquisição de conhecimentos e habilidades, atitudes positivas, e a capacidade de tomar decisões relacionadas ao meio ambiente. Este evento consolidou a EA como um campo educacional interdisciplinar (Unesco, 1975).

A seguir, em 1977, a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, realizada em Tbilisi, na Geórgia (então parte da União Soviética), estabeleceu os princípios orientadores da EA, enfatizando a necessidade de uma abordagem holística, crítica e transformadora. O evento reafirmou o papel da EA como um meio para capacitar indivíduos e comunidades a resolver problemas ambientais através de uma compreensão integrada do ambiente natural e social (Unesco, 1977).

Na década de 1980, o conceito de desenvolvimento sustentável começou a influenciar a EA, principalmente após o relatório “Nosso Futuro Comum” de 1987, da Comissão Brundtland, que destacou a necessidade de conciliar desenvolvimento econômico com a conservação ambiental. Esse conceito foi fundamental para a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992 (Rio-92). A Rio-92 e o subsequente “Programa Agenda 21” consolidaram a EA como uma ferramenta para o desenvolvimento sustentável e promoveram a integração da EA em todos os níveis de ensino (Onu, 1992).

A partir dos anos 2000, com a Declaração de Johannesburgo e a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014), coordenada pela UNESCO, houve uma intensificação dos esforços globais para integrar a EA nos currículos escolares e em práticas educativas. A EA passou a ser vista não apenas como um campo separado, mas como um componente essencial para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), particularmente o ODS 4, que visa garantir uma educação inclusiva e equitativa de qualidade para todos (Unesco, 2014).

No Brasil, a EA começou a ganhar relevância nas décadas de 1960 e 1970, influenciada pelos movimentos globais. Um marco inicial foi a Conferência Nacional sobre Meio Ambiente, realizada em 1974, que destacou a necessidade de políticas públicas voltadas para a conservação ambiental e educação.

Durante essa época, a EA ainda estava em seus estágios iniciais, sendo impulsionada principalmente por movimentos sociais e acadêmicos que buscavam responder às crescentes preocupações ambientais no país (Dias, 2000).

A primeira legislação específica sobre EA surgiu em 1981, com a promulgação da Lei nº 6.938, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente. No entanto, foi a Constituição Federal de 1988 que trouxe um avanço significativo ao incorporar a educação ambiental como um direito de todos os cidadãos e um dever do Estado. A partir desse ponto, a EA começou a ser institucionalizada no Brasil, com a criação de programas e políticas públicas para sua promoção (Brasil, 1988).

Na década de 1990, a EA foi fortalecida pela Rio-92, que teve um impacto profundo nas políticas brasileiras. A partir deste evento, foram criados diversos programas governamentais para a inclusão da EA nos sistemas de ensino. Em 1999, a Lei nº 9.795 estabeleceu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), consolidando a EA como componente essencial e permanente da educação nacional em todos os níveis e modalidades de ensino (Brasil, 1999). A PNEA também incentivou a formação de professores e a criação de materiais didáticos voltados para a EA.

Nos anos 2000, a EA no Brasil ganhou maior visibilidade e apoio institucional, com a implementação de programas como o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e o fortalecimento de parcerias entre o governo, ONGs, e o setor privado para promover a EA em escolas e comunidades. A criação do Programa Educação Ambiental na Escola (PEAE) também foi significativa, pois visava capacitar educadores e integrar a EA no currículo escolar de forma transversal e interdisciplinar (Brasil, 2005).

Atualmente, a EA no Brasil enfrenta desafios relacionados à implementação efetiva nas escolas, mas continua a evoluir. Movimentos sociais e iniciativas comunitárias desempenham um papel vital na promoção da EA, enquanto políticas públicas, como o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA), continuam a enfatizar a importância da EA para a sustentabilidade e a resiliência social (Brasil, 2015).

A EA tem evoluído ao longo das últimas décadas, ganhando cada vez mais relevância no contexto educacional global. Diversos autores contribuem para a compreensão desse campo, destacando a importância da EA como um processo contínuo e multidimensional que visa não apenas a transmissão de

conhecimentos, mas também a transformação de atitudes e comportamentos em relação ao meio ambiente.

Uma das contribuições fundamentais vem de Paulo Freire (1996), que enfatiza a educação como um ato político, onde a conscientização crítica é central para a transformação social. No contexto da EA, essa abordagem sugere que a educação deve capacitar os indivíduos a questionarem as estruturas que perpetuam a degradação ambiental e a desigualdade, promovendo, assim, uma ação coletiva em prol da sustentabilidade. Freire (1996) argumenta que a conscientização crítica possibilita uma educação que transcende o conteúdo informativo e engaja os alunos em uma reflexão ativa sobre seu papel no meio ambiente.

Complementando essa perspectiva, Gadotti (2000) propõe a ecopedagogia como uma abordagem pedagógica centrada na sustentabilidade. Segundo o autor, a ecopedagogia busca alinhar os processos educativos com os princípios ecológicos, promovendo uma educação que reconhece a interdependência entre os seres vivos e o planeta. Para Gadotti (2000), a ecopedagogia não se limita ao ensino de conceitos ecológicos, mas também se preocupa em cultivar valores éticos que incentivem práticas sustentáveis.

Leff (2002) contribui para o debate ao destacar a necessidade de uma abordagem interdisciplinar na EA. Para o autor, as questões ambientais são inerentemente complexas e exigem uma integração de conhecimentos de diferentes áreas. A interdisciplinaridade, nesse sentido, não é apenas uma técnica pedagógica, mas uma estratégia essencial para a compreensão holística dos problemas ambientais. Leff (2002) defende que a EA deve promover uma visão sistêmica, onde os alunos aprendem a conectar conhecimentos e a considerar as interações entre os sistemas naturais e sociais.

No campo das teorias críticas, Sterling (2001) sugere que a EA deve ir além da simples transmissão de informações sobre o meio ambiente. Ele propõe que a EA deve questionar as práticas insustentáveis e os valores que sustentam a degradação ambiental. A abordagem crítica de Sterling (2001) enfatiza a necessidade de uma educação que desafie as normativas culturais e econômicas, promovendo uma reestruturação das relações sociais e econômicas em direção à sustentabilidade.

Putnam (2000) introduz o conceito de capital social como um elemento crucial para o sucesso da EA. Ele define capital social como as redes de relacionamento, normas e confiança que facilitam a cooperação entre os membros de uma comunidade. No contexto da EA, Putnam (2000) argumenta que o capital

social pode fortalecer a implementação de projetos educacionais e comunitários voltados para a sustentabilidade, uma vez que incentiva a colaboração e a ação coletiva.

Outro aspecto relevante é abordado por Sauvé (2005), que propõe uma tipologia de EA baseada em diferentes correntes pedagógicas. A autora sugere que a EA pode ser vista sob diferentes perspectivas, como a educa o conservacionista, a educa o para o desenvolvimento sustentável e a educa o ecossocial. Cada uma dessas perspectivas oferece diferentes enfoques e metodologias, destacando a pluralidade de abordagens possíveis dentro da EA. Sauvé (2005) argumenta que essa diversidade   uma força, pois permite adaptar a EA aos contextos específicos e às necessidades locais.

No contexto das práticas pedagógicas, Carvalho e Figueiredo (2015) exploram a importância das parcerias entre escolas e comunidades locais para o fortalecimento da EA. Os autores destacam que a intera o entre os estudantes e a comunidade permite a aplica o prática dos conceitos ambientais aprendidos em sala de aula. Eles argumentam que projetos comunitários, como hortas escolares e campanhas de reciclagem, podem proporcionar uma educa o mais significativa e engajada, contribuindo para a forma o de cidadãos conscientes e ativos.

Dias (2000) foca na capacita o dos educadores como um elemento central para a efetividade da EA. Ele argumenta que, para que a EA seja implementada de maneira eficaz nas escolas,   essencial que os professores recebam forma o específica e contínuas. Dias (2000) destaca que a EA exige não apenas conhecimentos técnicos sobre o meio ambiente, mas também habilidades pedagógicas que permitam abordar os temas de maneira interdisciplinar e contextualizada.

Moran (2013), por sua vez, explora o papel da tecnologia na EA, destacando seu potencial para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem. Segundo o autor, o uso de ferramentas digitais e recursos multim dia pode facilitar a dissemina o de conhecimento e o engajamento dos alunos em projetos colaborativos e interativos. No entanto, Moran (2013) adverte que o uso da tecnologia na educa o deve ser planejado cuidadosamente, para evitar a superficialidade e o consumismo.

Por fim, Reigota (1998) oferece uma visão integradora da EA, propondo que ela deve ser vista como um processo de transforma o social. Para Reigota (1998), a EA não deve ser limitada a uma disciplina ou a um conjunto de ativi-

dades pontuais, mas deve ser incorporada ao projeto pedagógico das escolas como um todo. Ele argumenta que a EA deve promover uma educação crítica e emancipatória, capacitando os estudantes a agir de maneira responsável e ética em relação ao meio ambiente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa indicam que a Educação Ambiental (EA) nas escolas enfrenta múltiplos desafios, mas também oferece diversas oportunidades para a transformação educativa. A análise das entrevistas realizadas com educadores e gestores escolares revelou uma série de barreiras e potencialidades que refletem o estado atual da EA na comunidade escolar.

DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA EA

Um dos principais desafios identificados é a dificuldade de integrar a EA de forma interdisciplinar no currículo escolar. Muitos educadores relataram que, embora reconheçam a importância da EA, eles enfrentam obstáculos na sua aplicação prática. A fragmentação do conhecimento nas disciplinas tradicionais limita a abordagem holística necessária para tratar das questões ambientais complexas. Conforme apontado por Leff (2002), a falta de uma perspectiva interdisciplinar impede uma compreensão integrada das questões ambientais, essencial para a formação de cidadãos críticos e conscientes.

Além disso, a escassez de recursos educacionais específicos e a ausência de materiais didáticos voltados para a EA foram destacados como fatores limitantes. Dias (2000) sublinha a importância de recursos adequados para a implementação eficaz da EA, argumentando que, sem materiais específicos e acessíveis, os professores ficam restritos em suas capacidades de engajar os alunos em práticas ambientais significativas. Essa falta de recursos é agravada pela pouca capacitação dos educadores, o que dificulta ainda mais a adoção de metodologias inovadoras e integradas.

A formação dos educadores, mencionada como um dos pilares para o sucesso da EA, também foi identificada como uma área carente. Muitos professores relataram que não receberam formação adequada para abordar a EA de maneira efetiva e interdisciplinar. Carvalho (2004) destaca que a formação continuada é essencial para capacitar os professores a desenvolverem práti-

cas pedagógicas que transcendam o ensino tradicional e incorporem a EA de forma significativa. A falta de investimento em capacitação, conforme descrito por Sauvé (2005), limita a implementa o de programas de EA que promovam mudanças de comportamento entre os alunos.

POTENCIALIDADES DA EA

Apesar dos desafios, os resultados também indicaram várias oportunidades promissoras para o avanço da EA nas escolas. A tecnologia foi amplamente reconhecida como uma ferramenta potencialmente poderosa para a EA, desde que usada de forma consciente e estratégica. Moran (2013) argumenta que as tecnologias digitais podem facilitar o engajamento dos alunos, permitindo que eles interajam com conteúdos ambientais de forma dinâmica e envolvente. Educadores entrevistados destacaram o uso de plataformas online e recursos multim dia como maneiras eficazes de explorar questões ambientais, tornando o aprendizado mais acessível e relevante.

Outro aspecto positivo identificado foi a importância das parcerias entre escolas e comunidades locais. Muitos educadores relataram experiências bem-sucedidas de colabora o com a comunidade em projetos de EA, como hortas escolares, campanhas de reciclagem e eventos de conscientiza o ambiental. Carvalho e Figueiredo (2015) sugerem que essas parcerias fortalecem o capital social, promovendo uma rede de apoio que facilita a implementa o de práticas sustentáveis. A intera o entre alunos e a comunidade local proporciona uma experiência de aprendizagem mais rica e contextualizada, conforme defendido por Putnam (2000).

Além disso, os resultados destacaram a importância de uma abordagem crítica na EA. Sterling (2001) argumenta que a EA deve desafiar as normativas culturais e econ micas que perpetuam a degrada o ambiental, promovendo uma reestrutura o das rela es sociais em dire o   sustentabilidade. Os educadores entrevistados que adotaram uma abordagem crítica na EA relataram que essa metodologia não apenas engajou os alunos, mas também os incentivou a refletir sobre suas práticas cotidianas e a questionar as estruturas de poder que impactam o meio ambiente.

A EA COMO PROCESSO TRANSFORMADOR

Por fim, a pesquisa indicou que a EA, quando implementada de forma integrada e crítica, tem o potencial de se tornar uma força transformadora na educação. Reigota (1998) sugere que a EA deve ser vista como um processo de transformação social, capacitando os estudantes a agir de maneira responsável e ética em relação ao meio ambiente. Os resultados desta pesquisa corroboram essa visão, evidenciando que, quando a EA é incorporada ao projeto pedagógico de maneira sistemática e integrada, ela pode contribuir significativamente para a formação de cidadãos comprometidos com a sustentabilidade.

Além disso, a abordagem interdisciplinar e o uso de metodologias ativas, como projetos baseados em problemas e a aprendizagem colaborativa, foram identificados como estratégias eficazes para envolver os alunos e promover mudanças de comportamento. Leff (2002) e Sauvé (2005) destacam a importância de práticas pedagógicas que incentivem os alunos a explorar questões ambientais de maneira prática e reflexiva, o que foi confirmado pelos relatos dos educadores entrevistados

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educa o Ambiental (EA) na sociedade contemporânea emerge como uma resposta urgente às crises ecológicas globais e como uma ferramenta transformadora dentro do contexto escolar. A partir dos resultados discutidos, fica evidente que, embora existam desafios significativos, as perspectivas para a integra o eficaz da EA nas escolas são promissoras. A EA deve ser vista não apenas como uma disciplina isolada, mas como uma abordagem transversal que permeia todos os aspectos da forma o educacional, permitindo aos estudantes desenvolverem uma compreensão profunda e crítica sobre o meio ambiente e suas inter-rela es com a sociedade.

Um dos principais desafios identificados ao longo da pesquisa   a necessidade de uma abordagem interdisciplinar, que transcenda as barreiras das disciplinas tradicionais. A fragmenta o do conhecimento, ainda predominante no sistema educacional, dificulta a implementa o de práticas pedagógicas que integrem a EA de forma significativa. No entanto, a ado o de metodologias ativas e colaborativas, aliadas ao uso consciente da tecnologia, pode oferecer uma soluço viável para superar essas barreiras. A tecnologia, quando utilizada de

forma crítica e reflexiva, pode ampliar o acesso à informação e facilitar a criação de projetos educacionais inovadores, como indicado por Moran (2013).

Além disso, o fortalecimento das parcerias entre escolas e comunidades locais se mostra como uma estratégia eficaz para promover a EA. Essas parcerias não apenas enriquecem o processo de ensino-aprendizagem, mas também contribuem para o desenvolvimento de uma consciência coletiva sobre a importância da sustentabilidade. As experiências relatadas por educadores demonstram que iniciativas como hortas comunitárias e campanhas de reciclagem podem ter um impacto duradouro na formação dos alunos, fortalecendo os laços sociais e o capital social, conforme defendido por Putnam (2000).

Outro aspecto central para o avanço da EA é a capacitação contínua dos educadores. A formação de professores é crucial para garantir que a EA seja implementada de forma eficaz e significativa. Dias (2000) ressalta que, sem o devido preparo, os educadores podem se sentir despreparados para abordar as complexidades da EA, o que limita o potencial transformador dessa prática. Investir em programas de formação continuada e na produção de materiais didáticos específicos é, portanto, essencial para capacitar os professores a desenvolverem práticas pedagógicas que engajem os alunos em uma reflexão crítica sobre as questões ambientais.

Por fim, a EA deve ser compreendida como um processo de transformação social, capaz de preparar as novas gerações para enfrentar os desafios ambientais do século XXI. Como argumenta Reigota (1998), a EA não deve ser limitada a atividades pontuais, mas deve ser incorporada ao projeto pedagógico das escolas de maneira integrada e contínua. Ao promover uma educação crítica, reflexiva e comprometida com a sustentabilidade, a EA pode se tornar uma força transformadora, capaz de moldar cidadãos conscientes e engajados na construção de um futuro mais sustentável para todos.

REFERÊNCIAS

Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal. 1988.

Brasil. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília: Diário Oficial da União. 1999.

Brasil. **Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA)**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. 2005.

Brasil. **Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA)**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. 2015.

Carvalho, I. C. de M., & Figueiredo, R. M. **Educação ambiental comunitária: práticas e experiências**. Editora Cortez. 2015.

Dias, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. Gaia. 2000

Freire, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Paz e Terra. 1996.

Gadotti, M. **Pedagogia da terra e ecopedagogia**. São Paulo: Peirópolis. 2000.
Leff, E. Epistemologia ambiental. Cortez. 2002.

Moran, J. M. **Mudando a educação com metodologias ativas**. Paulus. 2013.
Onu. **Agenda 21: Programa de Ação para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 1992.

Putnam, R. D. Bowling alone: The collapse and revival of American community. **Simon & Schuster**. 2000.

Reigota, M. **O que é educação ambiental**. Brasiliense. 1998.

Sauvé, L. **Educação ambiental: Possibilidades e desafios**. Vozes. 2005.

Sterling, S. **Sustainable education: Re-visioning learning and change**. Schumacher Briefings. 2001.

Unesco. Carta de Belgrado: **Um Quadro Geral para Educação Ambiental**. Belgrado: Unesco. 1975.

Unesco. **Declaração de Aichi-Nagoya sobre Educação para o Desenvolvimento Sustentável**. UNESCO. 2014.

Unesco. **Declaração de Tbilisi**. Tbilisi: Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental. 1977.

Unesco/Unep. **Education and the Human Environment**. Paris: UNESCO. 1978.